

REFLEXÕES SOBRE O DEBATE INTERCULTURAL: CONSTRUÇÕES A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO NEABI (IFPR)

REFLECTIONS ON THE INTERCULTURAL DEBATE: CONSTRUCTIONS FROM THE RELATIONSHIP BETWEEN EXTENSION AND PUBLIC COMMUNICATION IN NEABI (IFPR)

Claudia Irene de Quadros*

Juliana Marques Borghi**

RESUMO:

Este artigo aciona três eixos teóricos (comunicação pública, extensão universitária e interculturalidade) para compreender percepções de atores sociais de dois projetos de extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, do Instituto Federal do Paraná (IFPR). A questão “como a comunicação pública pode contribuir para o desenvolvimento da extensão relacionada às ações interculturais dos projetos analisados?” motiva esse estudo exploratório, com abordagem qualitativa e adoção dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação sistemática, *survey* com participantes dos projetos, entrevistas e análise de conteúdo. Foram observadas possibilidades de construção da comunicação enquanto processo dialógico como uma forma de enriquecer a troca de conhecimento entre os públicos envolvidos. Os resultados fazem parte da pesquisa realizada no mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

PALAVRAS-CHAVE: extensão; interculturalidade; comunicação pública; diálogo; pluralidade.

* Tem pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Pompeu Fabra e doutorado em Comunicação pela Universidade de La Laguna, ambos na Espanha. Jornalista e Relações Públicas pela UFPR. Professora do PPGCOM-UFPR, onde orientou a pesquisa deste artigo. É líder do grupo de pesquisa COM21. E-mail: clauquadros@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1322-8971>.

** Mestre em Comunicação pelo PPGCOM-UFPR, onde desenvolveu a pesquisa discutida neste artigo. É Relações Públicas formada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Profissional de Relações Públicas na UFPR. Faz parte do grupo de pesquisa COM21. E-mail: juliana.marks@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6743-6068>.

ABSTRACT:

This article uses three theoretical axes (public communication, university extension and interculturality) to understand perceptions of social actors in two extension projects of the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI), of the Instituto Federal do Paraná (IFPR). The question “how can public communication contribute to the development of extension related to the intercultural actions of the analyzed projects?” motivates this exploratory study, with a qualitative approach. The methodological procedures adopted are: bibliographic review, documentary research, systematic observation, survey with project participants, interviews and content analysis. Possibilities of building communication were observed as a dialogical process as a way of enriching the exchange of knowledge between the public involved. The results are part of the research carried out in the master’s degree in Communication at Universidade Federal do Paraná (UFPR).

KEYWORDS: extension; interculturality; public communication; dialogue; plurality.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata das relações e interfaces entre comunicação, educação e interculturalidade em contextos institucionais e pedagógicos. Foram estudadas as percepções dos atores sociais participantes de dois projetos de extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a respeito de possíveis ações envolvendo o conceito da comunicação pública. Procurou-se uma aproximação a essa realidade social, relacionando o diálogo como elemento construtor de práticas democráticas e inclusivas, por meio da extensão universitária, com foco em contextos culturais que pudessem ser enriquecidos a partir desses olhares. O objetivo geral foi analisar como a comunicação pública pode fortalecer processos de participação social e interesse público, associados à prática da extensão no desenvolvimento de ações que contemplem a *interculturalidade*.

Para isso, delimitou-se, como premissa, que a *comunicação pública* interpretada como ação dialógica (horizontalizada, inclusiva e coletiva) pode contribuir para o enriquecimento de ambientes institucionais que explorem discussões a respeito das culturas afro-brasileiras e indígenas, cujos debates, pelo caminho da *extensão universitária*, podem vir a propiciar processos de transformação social. Assim, a trilha metodológica

deste estudo contempla uma abordagem quanti-qualitativa, com foco nessa segunda, cuja descrição está detalhada no item percurso metodológico desse artigo.

No mais, a pesquisa apontou elementos considerados fundamentais em relação às viabilidades de reconstruções a partir de ações comunicativas e dialógicas, na realidade das instituições públicas de ensino, no que diz respeito à criticidade dos atores sociais, de modo coletivo e representativo.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O conceito da comunicação pública vem sendo mais explorado, a partir da última década, em especial no contexto latino-americano, na tentativa de valorizar suas potencialidades enquanto processo dialógico, democrático e representativo dos interesses coletivos. De acordo com Weber, Coelho e Locatelli (2017), diversos setores da sociedade civil organizada e do Estado, incluindo universidades, fundações de pesquisa, entre outros, podem abordar a temática. Neste artigo, destacamos percepções a respeito da relação da comunicação pública em projetos de extensão de uma instituição federal de ensino superior.

Em uma revisão da produção científica sobre comunicação pública no Brasil no período de 2013 a 2022, as pesquisadoras Massuchin, Quadros, Ioscote e Oliveira (2023) evidenciam que a maioria dos 276 artigos analisados se concentra na comunicação governamental e nas plataformas digitais. Além disso, o conceito de comunicação pública tem sido objeto de debates diversificados e, por vezes, inconsistentes, como indicam Miola e Marques (2017) e Rothberg (2020). Para Weber, Coelho e Locatelli (2017), embora o conceito seja complexo, o ponto crucial reside em compreender como a comunicação pública contribui para o fortalecimento da democracia.

O objetivo do conceito é despertar o interesse público, enquanto os promotores buscam garantir o direito à informação e a participação dos cidadãos em questões fundamentais para suas vidas na sociedade (Koçouski, 2012). De acordo com a autora, a promoção da cidadania envolve a mobilização e o debate em prol da coletividade, visando aprimoramentos, entendimentos e consensos. Entretanto, é importante observar que as interações na esfera da comunicação pública ocorrem em contextos de conflito, tensão, embate e discordância (Marques; Mafra e Martino, 2017), devendo esses aspectos serem considerados no planejamento das ações comunicativas.

Logo, ao aproximar a comunicação pública de construções dialógicas, é possível permeiar o contexto educacional. Nesse momento, vincula-se a comunicação e a prática extensionista do ensino superior ao conceito de comunicação pública definida pelo interesse público (Esteves, 2011; Koçouski, 2012; Weber; Coelho; Locatelli, 2017), qualificada por critérios como igualdade, respeito e pluralidade. O vínculo vai além da agenda institucional, ele se traduz no estabelecimento de uma relação de pertencimento e identidade com o público. Isso implica em propor abordagens alternativas, estratégias de engajamento e iniciativas destinadas a estimular o interesse coletivo (Matos, 2009).

Por isso, um dos preceitos que envolvem a comunicação pública relaciona-se com a vida pessoal dos atores sociais, comprometida com o desenvolvimento da esfera pública, expressão e democracia, em um movimento do Estado e da política. Trata-se, assim, de uma política de Estado, sem interpor possíveis interesses governamentais (Gil; Matos, 2012).

Refletir sobre a extensão, nesse contexto, enquanto ação transformadora à realidade social nos ajuda a compreender o alcance de suas ações, à medida que uma teoria muda a prática, e a prática transforma a teoria. Dessa relação dialética surge o princípio da validade do conhecimento como fonte de transformação da realidade: “conhecer para transformar” (Gamboa, 2007). Santos (2004) previa que a extensão teria um significado especial num futuro próximo, com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes. Para o autor, essa transformação na extensão atribui “[...] às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social [...] na defesa da diversidade cultural” (Santos, 2004, p. 53-54).

Historicamente, as tratativas sobre institucionalizar e refletir a respeito da curriculização da extensão são expostas, primeiramente, no Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), que destaca, entre suas metas, o caráter de obrigatoriedade de 10% de atividades curriculares da graduação serem de ações extensionistas (Brasil, 2001). No PNE de 2014-2024, esse quesito também é destacado de maneira mais específica em relação ao caráter da participação social (Brasil, 2014).

Em 2018, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES nº 7) que estabelece as diretrizes e regulamenta o disposto na meta 12.7, da Lei nº 13.005/2014, e aprova o PNE 2014-2024, aponta que de acordo com o Art. 4º, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte de sua matriz curricular (Conselho Nacional de Educação, 2018).

Nesse contexto, parte-se da ideia que a extensão universitária pode contribuir significativamente para ampliação da construção do conhecimento, aproximando as universidades de realidades e contextos sociais diversos. Destaca-se que esse processo tende a fortalecer o diálogo, por meio do sentimento de pertença, pois os cidadãos passam a protagonizar as ações. Assim, as possíveis aproximações entre a comunicação pública e a extensão, pelo caminho dialógico, enriquecem interações sociais, permeando temas que envolvem a valorização institucional e cultural.

O DIÁLOGO COM O PROCESSO INTERCULTURAL

A comunicação pautada em práticas dialógicas, considerando-se o ambiente institucional, acadêmico e inclusivo, pode propiciar outros vieses em relação ao incentivo e valorização de pautas, como o debate intercultural.

Sartorello (2016) destaca duas concepções distintas: uma, por meio da via de mão única, prevalece o assistencialismo e contempla modelos funcionais do neoliberalismo, enquanto a outra interpreta a interculturalidade de maneira horizontal, criticando o sistema vigente hegemônico, além de valorizar, ainda, movimentos de fluxos culturais contínuos por meio de uma educação inclusiva e respaldada em vertentes democráticas (Sartorello, 2016). Para tanto, a interculturalidade proposta implica uma visão crítica sobre a interpretação de um viés estatizado e despolitizado, que, de acordo com Walsh (2010), não transforma o racismo estrutural, ocidental e colonial representado institucionalmente por grupos que possuem o mesmo interesse da exploração e da submissão em relação aos povos indígenas e afrodescendentes.

Nesse viés, a colonialidade faz parte de um sistema ainda em vigência de dominação e exploração por meio da ótica capitalista, que traz uma essencialidade de racialização e exclusão (Quijano, 2000). Para Walsh (2009), a interculturalidade pode ser entendida como um processo que incorpora novas práticas e construções sociais de poder, saber, ser e viver. Portanto, a reflexão sobre o debate intercultural implica não apenas no comprometimento das universidades públicas, mas em ações que envolvam suas comunidades internas e externas, cujo processo deve contemplar não só ações mais abrangentes, como a própria extensão e o que será realizado, de modo a envolver realidades sociais às possíveis dinâmicas das comunidades acadêmicas. De acordo com Candau (2007, p. 59): “A perspectiva da educação intercultural apresenta uma grande complexidade e nos convida a repensar diferentes aspectos e

componentes da cultura escolar e da cultura da escola e o sistema de ensino como um todo”.

A construção desse conceito, de acordo com Gomes (2010), propõe um espaço de compromisso docente sobre o direcionamento de ações e planejamentos direcionados ao contexto intercultural, como: incentivar reflexões e manter o contato com as diferenças culturais, as humanizando e reconhecendo seus desafios; respeitar identidades étnico-cultural-linguísticas em contextos plurais; motivar o envolvimento de estudantes para promover a interculturalidade como prática comunicativa, inclusiva e democrática; e contribuir para a universalização de direitos e deveres interculturais ou transculturais como um componente humanizador na didática de línguas no século XXI.

A proposta volta-se, assim, na relação dos conceitos e contextos analisados, contemplando o potencial da comunicação (pública) como elemento que permeia a junção da extensão, institucionalmente, nas análises da pesquisa realizada, com foco na aproximação do processo intercultural.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI/IFPR) - PROJETOS DE EXTENSÃO

Representando a rede tecnológica, o IFPR foi fundado em 2008. Sua missão é

promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (Instituto Federal do Paraná, 2019, p. 18).

Dessa maneira, a política de comunicação¹ é apresentada por meio de planejamento estratégico e integrado, com propostas e ações de acordo com os públicos que se relaciona. Para orientar as ações comunicacionais, o IFPR prioriza o diálogo, princípio básico destacado com o conceito aplicado da comunicação pública, que objetiva formar espaços públicos e fluxos contínuos de informação entre os atores sociais, por meio da coletividade (Instituto Federal do Paraná, 2013).

A implementação da curricularização da extensão aconteceu por meio da Comissão de Curricularização da Extensão (CCE) - que é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPP) e pela Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) -, de acordo com a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018². O documento “[...]”

prevê a obrigatoriedade de no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Instituto Federal do Paraná, 2021). Conforme o Art. 6º da Lei nº 11892/08, a PROEPPI tem por finalidades e características, entre outros: “VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (Instituto Federal do Paraná, 2019). Desse modo, o NEABI, o qual encontra-se ligado à PROEPPI, tem se fortalecido nos últimos anos impulsionado pela Lei nº 10.639/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais) e pela Lei nº 11.645/2008 (Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena). Em 2021, a Diretoria de Direção, Arte e Cultura (DIEXT) divulgou o relatório institucional³ do IFPR, referente ao ano de 2020, com informações sobre os NEABIs.

Os dois projetos de extensão do NEABI do IFPR que compuseram a pesquisa empírica da dissertação em destaque neste artigo, são o “Capoeirando: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade” - *campus* Curitiba - e o “Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais” (NUPOVOS) - *campus* Paranaguá. De acordo com o último relatório institucional divulgado pelo NEABI (2019)⁴, eles abordam as culturas afro-brasileira e indígena por meio da valorização da extensão, dando destaque à interculturalidade e às possíveis construções dialógicas junto com públicos diversificados.

Formalizado em 2015, o projeto de extensão “Capoeirando no IFPR: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade” é desenvolvido em Curitiba, e ligado institucionalmente ao NEABI, por meio da capoeira, desenvolve ações que contemplam o patrimônio cultural, histórico e natural das raízes africanas e brasileiras, coordenado pela servidora Larissa Mellinger, sendo formado por docentes, discentes e comunidade externa à instituição. Entre as atividades realizadas, estão rodas de capoeira, organização e execução de oficinas ministradas por estudantes, samba de roda e oficinas de história. Além da realização e participação com instituições parceiras e de coletivos que trabalham a temática, o projeto também desenvolve ações e movimentos de cultura. Como destacado em evento institucional do IFPR⁵, “esse projeto de extensão trouxe muitos saberes sobre a cultura afro-brasileira, além de ser muito importante para uma boa formação integral, aliando os conhecimentos técnicos e profissionais para o mundo do trabalho com a formação humana e cidadã” (Silva *et al.*, 2019, p. 37).

Já o NUPOVOS, ligado institucionalmente ao Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH) e ao NEABI, foi oficializado em 2016. Nesse projeto de extensão participam estudantes, grupos indígenas e demais representantes de comunidades tradicionais da região, com coordenação feita pelo professor Roberto Souza, cujos encontros são abertos à comunidade externa, com grupos assistidos que contemplam a conexão de saberes práticos. Existem, também, espaços de oficinas de formação em direitos étnicos e coletivos, com apoio a povos e comunidades tradicionais do Sul do Brasil. Os objetivos do projeto, destacados a seguir, de acordo com Souza e Borges (2017, p. 288), são:

[...] contribuir para constituição de uma política institucional em direitos humanos em consonância com as políticas institucionais de extensão, ensino, inovação e pesquisa; contribuir para construção de uma cultura de valorização da diversidade por meio da promoção, defesa e ampliação dos direitos humanos de povos e comunidades tradicionais; promover produção científica articulada às diversas áreas do conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados pelo campus; e criar espaço físico para servir de centro de documentação e defesa dos povos tradicionais.

Em complementaridade às ações do projeto, existem algumas parcerias junto a órgãos públicos, como a Defensoria Pública do Paraná e da União, com o foco de proporcionar conhecimento jurídico aos participantes.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um percurso metodológico com enfoque exploratório e qualitativo, dividido em sete etapas, descritas no Quadro 1. A pesquisa com os participantes dos projetos de extensão passou pela avaliação dos Comitês de Ética em Pesquisa das Instituições envolvidas (UFPR⁶/IFPR⁷).

Quadro 1 – Proposta metodológica para a pesquisa

Etapa 1	Pesquisa do estado da arte: revisão sistemática da literatura.
Etapa 2	Revisão bibliográfica: revisão integrativa da literatura.
Etapa 3	Pesquisa documental: relatórios, eventos institucionais e notícias referentes aos projetos de extensão (temática afro-brasileira e indígena).
Etapa 4	Observação sistemática de redes sociais utilizadas dos projetos de extensão elencados.
Etapa 5	Aplicação de <i>surveys</i> aos participantes dos projetos de extensão (14 pessoas).

Etapa 6	Entrevistas semiestruturadas com os integrantes dos projetos de extensão (08 pessoas) selecionados a partir das respostas do <i>survey</i> , com posterior análise de conteúdo.
Etapa 7	Entrevistas em profundidade com os dois coordenadores dos projetos (Análise de Conteúdo).

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esse percurso metodológico é explicado aqui com mais detalhes. Ele permitiu conhecer projetos de extensão de uma instituição pública, relacionando a comunicação pública como meio para reflexões sobre o processo intercultural.

Na etapa 1, na pesquisa do estado da arte, foi feito um levantamento de artigos, dissertações e teses sobre o tema desenvolvidos entre 2010 e 2021. Por meio das palavras-chave “comunicação pública”, “extensão universitária” e “interculturalidade”, foi realizada uma busca nas seguintes plataformas: *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP), Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na etapa 2, na revisão integrativa da literatura, foram destacados operadores teóricos que contemplavam os conceitos abordados. No Quadro 2, elencamos os eixos e os autores fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa:

Quadro 2 – Eixos teóricos da pesquisa

Eixos teóricos	Autores/Autoras
Comunicação pública	Duarte, 2009; Koçouski, 2013; Weber; Coelho; Locatelli, 2017; Zémor, 2009.
Extensão universitária	Freire, 1977; Martins, 2008; Santos, 2004; Schmitz, 1984.
Interculturalidade	Candau, 2007; Fleuri, 2003; Sartorello, 2016; Walsh, 2010.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na etapa 3, durante a pesquisa documental, foram explorados os quatro relatórios de atividades anuais (2015-2019) de cada projeto do IFPR apresentados ao Comitê de Pesquisa e Extensão do IFPR (*campi* Curitiba⁸ e Paranaguá⁹). Esses documentos, que foram estudados a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), descrevem as atividades dos projetos, trazendo fotos, ilustrações, gráficos e convites para que a sociedade possa conhecê-los.

Na etapa 4, da observação sistemática das plataformas de redes sociais dos projetos de extensão do estudo em tela, o foco foi o Facebook por ser aberto ao público e possibilitar interações entre os participantes dos projetos e seus seguidores. As avaliações incluíram todas as publicações do Capoeirando IFPR: Saberes e Práticas de um Bem Cultural¹⁰ (2018-2020) e do NUPOVOS¹¹ (2017-2021). Além do conteúdo dos *posts*, também foram observados o engajamento do público de ambos os perfis por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários.

Nesse contexto, os preceitos da etnografia virtual e a análise de conteúdo foram acionados.

Na etapa 5, na aplicação de *surveys*¹², todos os participantes dos dois projetos de extensão responderam questões sobre entrosamento e o relacionamento às ações extensionistas, sendo 14 no total, 7 de cada projeto. A coleta de dados ocorreu entre os meses de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, após a aprovação do desenvolvimento da pesquisa pelos Comitês de Ética da UFPR e do IFPR. Foi elaborado um questionário com 14 perguntas cada, sendo 12 de múltipla escolha e 2 abertas. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido¹³ foram enviados por *e-mail* ou WhatsApp antes dos questionários disponíveis no Google Forms.

Na etapa 6, as entrevistas semiestruturadas, compostas por 6 questões, foram realizadas com 4 participantes de cada projeto, sendo 2 estudantes e 2 membros da comunidade externa. Os 8 entrevistados foram selecionados a partir da disponibilidade e do conteúdo das respostas da pesquisa *survey*, sobretudo por abordarem alguns conceitos do projeto. A Análise de Conteúdo foi utilizada para a compreensão e organização das respostas.

Na etapa 7, foram realizadas as entrevistas em profundidade, composta por 8 questões, com os dois coordenadores dos projetos de extensão, onde também adotou-se como metodologia a Análise de Conteúdo.

Nessas últimas etapas (6 e 7) assim como a etapa 3 da pesquisa, as entrevistas realizadas foram classificadas em três categorias: extensão universitária, interculturalidade e comunicação pública, conforme Figura 1. Dessa forma, optou-se por utilizar as mesmas categorias e respectivas divisões. Nos próximos tópicos, serão expostas as análises qualitativas, respeitando e relacionando as variáveis de cada categoria exposta, por meio da proximidade dos relatos dos atores sociais participantes dos projetos.

Figura 1 – Categorias e subcategorias (Análise de Conteúdo)



Fonte: elaborada pelas autoras.

ANÁLISE E RESULTADOS

No percurso metodológico, as sete etapas concluídas trouxeram resultados importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Neste item, vamos reunir os achados de cada etapa para refletir sobre essa investigação, que procurou saber “como a comunicação pública pode contribuir para o desenvolvimento da extensão relacionada às ações interculturais dos projetos analisados?”

Aqui, destacamos três autores que foram fundamentais para o embasamento teórico da pesquisa. O primeiro deles é Paulo Freire (1977), que evidencia o caráter participativo, inclusivo e democrático das ações extensionistas, trazendo à luz questões fundamentais para melhor compreender suas potencialidades, para além do ambiente acadêmico. Em seguida, Catherine Walsh (2010), que aponta que a interculturalidade crítica faz uma revisão dos aspectos históricos da colonização a partir de outras perspectivas. Para ela, houve um avanço no processo intercultural. A leitura desses e de outros autores, como a de Marina Koçouski (2013) que reforça, ainda, o caráter coletivo e de mobilização, trouxe novas perspectivas para pensar a comunicação pública, pois suas teorias estão respaldadas na essencialidade do diálogo, na horizontalidade das ações comunicativas, na coletividade e no protagonismo dos atores sociais.

A análise dos relatórios dos dois projetos trouxe elementos significativos para melhor compreender suas propostas por meio da concretização de suas atividades. Conforme as categorias e variáveis propostas são destacadas a atenção e compromisso institucional por meio da prática da extensão e do diálogo junto a seus participantes. Os relatos das atividades, pelos respectivos coordenadores dos projetos, contemplaram aspectos como: a relevância da extensão com potencial para modificar realidades, a aproximação entre conhecimentos plurais, a inclusão social fortalecida pelo sentimento de pertença de seus integrantes, assim como o enriquecimento de discussões que tragam reflexão sobre as realidades dos povos indígenas e africanos.

A respeito das redes sociais, compreendeu-se que, apesar da necessidade de melhorias em relação ao processo de divulgação dos projetos, atividades e temáticas relacionadas, o conjunto de publicações de ambos permite uma interação pertinente com seus seguidores, de forma a registrar suas ações com certa frequência, com linguagem apropriada e *posts* que permitem uma interação social condizente com suas referidas práticas, incentivando a reflexão e o interesse pelo desenvolvimento da extensão.

O *survey* destacou a percepção dos entrevistados em relação à existência de diálogo entre as informações dos projetos, principalmente nas questões que se referiam às suas percepções sobre possibilidades de trocas de experiências e conhecimentos, incentivo ao diálogo de forma mais crítica sobre as temáticas exploradas e fomento à extensão enquanto processo que contribui para aproximar a ciência da realidade social.

Os participantes do Capoeirando pontuaram como relevantes: o comprometimento e atenção da coordenadora do projeto, as trocas de experiências e conhecimentos diversos proporcionados pelos encontros, a receptividade e interação entre os integrantes do projeto, o entendimento da relevância da extensão como prática que aprofunda o ensino e a pesquisa e a valorização da cultura afro-brasileira refletida como conhecimento enquanto prática.

Em relação ao NUPOVOS, foi possível observar que os participantes destacaram: as possibilidades de trocas de conhecimentos entre culturas diversas, o fortalecimento de temáticas relacionadas às questões indígenas - territoriais e de direitos humanos -, a valorização do diálogo em relação às demandas dos movimentos sociais, o protagonismo dos atores sociais e em relação ao modo sensível como o coordenador do curso, professor Roberto, dialoga com os povos tradicionais por meio da troca de experiências. Sobre

as entrevistas realizadas, na categoria extensão universitária, os participantes disseram considerar práticas extensionistas como essenciais para demonstrar o comprometimento institucional e abrir possibilidades para a troca de conhecimento. As experiências vivenciadas nos projetos foram citadas nas entrevistas, bem como as percepções sobre as diversas interações entre os participantes de cada projeto. Um dos integrantes (interno) do NUPOVOS relatou sua opinião, nessa direção:

O projeto proporcionou um contato direto com as comunidades, o acompanhamento das dinâmicas contribuiu muito para mim, me deu um ânimo muito grande. Que é o que a extensão te mostra: por mais que você estude, não é a mesma coisa de você estar lá e de ter este contato. As demandas das comunidades aconteciam, do mesmo modo que o conhecimento que estava sendo oferecido contribuía muito para esta troca [...].

Larissa Mellinger, coordenadora do projeto Capoeirando, expõe como compreende a extensão a partir desse conceito envolvendo as interações sociais e suas potencialidades na relação entre a universidade e a sociedade:

A extensão é uma transformação social, essa dialogicidade. Então se não existe este diálogo de saberes, esta troca, de saberes, não é extensão. Não é uma comunicação em uma direção só. Tem um livro do Paulo Freire, que é 'Extensão ou Comunicação', que é incrível, que todo mundo deveria ler (risos), ele traz um contexto da extensão rural e técnica, que é o princípio do que é a extensão, e que não é só o comunicar por comunicar, mas ela como troca realmente, como diálogo. [...] Na extensão, você entende que o outro é importante, que o saber do outro é importante, que tem contribuição, e que o saber científico precisa ser permeado também. Estes saberes populares, do cotidiano, tradicionais, precisam ser incorporados neste processo, o que é um desafio. E também extensão, para mim, é lidar com os sentimentos, com o humano, humanizar as pessoas. Eu acho que é você sair um pouco ali da academia, acompanhando metodologias propostas, mas com mais criatividade, humanizar-se e humanizar neste processo. Porque só na pesquisa pura não é possível fazer isso, então tem de se deixar permear com esta humanidade, com este encantamento.

Na mesma direção, sobre o NUPOVOS, o professor coordenador Roberto Souza destaca as potencialidades das ações do projeto para promover mudanças significativas sobre a realidade social, pela movimentação das trocas entre as culturas:

As experiências com o NUPOVOS nos mostram uma potencialidade de transformação social, apesar de o foco ser a mudança destes grupos com o Estado. Entretanto, essas ações repercutem diretamente na sociedade. Por exemplo, as pessoas acabam conhecendo mais sobre a história, a cultura e a realidades dos povos tradicionais: indígenas, faxinalenses, pescadores. Então percebemos avanços e uma relação mais simétrica do Estado com estes grupos, a partir destas ações realizadas. Uma nova relação de respeito, democrática foi estabelecida, de mudança. Para a sociedade estas realidades passam a repercutir para além da relação

do Estado. O acesso e avanço aos direitos humanos são conhecidos socialmente, a história destes povos acaba sendo reconhecida e percebida de ponta a ponta. Sobre o envolvimento da comunidade interna do IFPR, por exemplo, toda esta pesquisa e extensão gerou um novo padrão de relacionamento também com estas comunidades, mais empoderadas, mais conscientes e críticas sobre sua cultura e seus direitos, onde este contato causa, em muitas vezes, mudanças de olhares, impactantes [...].

Para os entrevistados, ainda, essas atividades contribuem para aumentar a criticidade e a conscientização social sobre questões que envolvem o racismo estrutural, a desigualdade e a discriminação em relação aos negros e aos indígenas. Aqui, destacamos o depoimento de um dos participantes (externo) do projeto Capoeirando:

O projeto sempre acaba trazendo a valorização da história da cultura afro-brasileira por meio da capoeira. [...] por meio de incentivos, as pessoas vão compreendendo outras perspectivas. Até que ponto a capoeira representa e como representa esta história. A troca é incrível, neste sentido. A roda de capoeira, por exemplo, nos permite isso. As pessoas interagem nestes momentos, aprendendo e pensando sobre muitas coisas relacionadas a esta temática.

Essa percepção nos faz rever Santos (2004), que demonstra que a interculturalidade pode ser vista como um esforço, um movimento que exige comprometimento, respeito e ações integradoras em conjunto social, com alusão direta à diversidade cultural. É uma relação que se consolida nas trocas e nas experiências partilhadas, na promoção e cooperação entre a sociedade, para construção de novos significados.

Nesse contexto, para os participantes (externos) do NUPOVOS, o diálogo acontece no projeto, proporcionando novas viabilidades de relacionamentos entre as comunidades indígenas e as instituições públicas:

Uma das coisas mais importantes neste contato com o Núcleo, além do reconhecimento técnico dos profissionais, da Defensoria, do Instituto e da Universidade Federal, na coordenação do Professor Roberto, o que faz diferença é que nós: povos e comunidades tradicionais temos autonomia na fala, este direito da autonomia. Sentar junto com a Defensoria e discutir com o plano e ação que precisamos que a Defensoria defenda. Então esta parte da voz, a gente que vai com a pauta de luta e apresenta nossas pautas de reivindicação. Entendemos que isso fortalece a gente enquanto povos e comunidades tradicionais. Então essa dinâmica do NUPOVOS é muito latente.

O caráter da ciência aberta que evidencia uma relação de troca entre a comunicação dos resultados de uma investigação científica, também participa dessa investigação, tornando-se essencial para esta e para a divulgação desse conhecimento (Knorr-Cetina,

1999). Na percepção de mais um dos integrantes (interno) do Capoeirando, a extensão pode valorizar o diálogo entre seus participantes, somando para o enriquecimento de espaços que discutem pautas relacionadas à cultura afro-brasileira:

O projeto nos proporcionou participação, possibilidades de opinião, troca de necessidade, tinha muita abertura, neste sentido. A própria *história e a cultura da capoeira acabam incentivando este processo. As trocas de ideias e experiências para a realização de eventos e das atividades sempre aconteciam*. Aproximação das realidades e das demandas sociais, por meio deste conhecimento da via de mão-dupla, onde você ensina e aprende. Muito conhecimento compartilhado, que gerou pertencimento, a formação de uma família. Construção da coletividade social, enfim, amigos que você faz neste processo. Todos acabam se ajudando na proposta da realização da capoeira, refletindo nestas características do grupo [...].

Dessa forma, o entendimento sobre a viabilidade da ciência aberta também foi citado por alguns vieses. A extensão contribui, em suas percepções, para incentivar a relação entre a troca de conhecimento científico e os saberes populares, processo que contempla também a sensação de pertencimento e afinidade entre os participantes e as instituições públicas de ensino e seus pares.

De acordo com essa discussão, considera-se que as entrevistas trouxeram, assim, um aprofundamento essencial para se aproximar da realidade dos projetos de extensão. A maioria dos relatos convergiu em relação à percepção dos atores sociais sobre as possibilidades de construções sociais que contemplassem os três eixos teóricos destacados nesta pesquisa: extensão, interculturalidade e comunicação pública.

As falas refletem experiências, impressões, sentimentos, conhecimentos e a opinião dos membros dos projetos, contribuindo para percebermos a potencialidade da relação dos conceitos expostos. As teorias abordadas em relação à construção do diálogo, em específico, estiveram presentes nos eixos teóricos trazidos nessa pesquisa, demonstrando, assim, sua relevância para fortalecer os diversos contextos sociais explorados.

A comunicação pública foi citada e permeada durante os relatos, sob o viés do entendimento do diálogo em espaços de coletividade, um processo que traz um diferencial aos projetos, segundo os participantes, e que contempla aspectos de horizontalidade, inclusão, democracia e pertencimento.

Além disso, compreendeu-se que os atores sociais entendem a extensão como um meio para potencializar as ações comunicativas e vice-versa, pois propiciam a interação entre o ambiente acadêmico e a sociedade. Trata-se, assim, de um processo considerado

essencial para que o crescimento cultural possa ser mútuo, propiciando a valorização dos espaços públicos pelas instituições públicas de ensino.

Os envolvidos - docentes, discentes e comunidade externa - expressaram aspectos que ressaltaram a essencialidade da extensão e a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, assim como a relevância do diálogo (institucional) como fator elementar para o desenvolvimento das ações.

Em ambos os projetos, os coordenadores mostraram a relevância da extensão com potencial para modificar realidades. Também foi possível verificar a aproximação entre conhecimentos plurais, entre a inclusão social fortalecida pelo sentimento de pertença de seus integrantes e entre o enriquecimento de discussões sobre as realidades dos povos indígenas e africanos.

De acordo com Bhabha (1998), conforme observação desses documentos, a interculturalidade trata de uma compreensão que explora o conceito dos “entrelugares”, espaços que constroem campos identitários diversos, nas relações sociais e interculturais. Essa perspectiva contribui para complementar a interdisciplinaridade enquanto objeto de estudo transversal, que inclui os estudos sobre as complexidades empíricas que valorizam relações entre grupos e por aspectos cognitivos. A constituição desses novos campos indica análises sobre gerações, etnias e ações sociais múltiplas (Fleuri, 2003).

CONSIDERAÇÕES

Pela análise exploratória proposta, objetivou-se agregar elucidações sobre o processo da comunicação pública enquanto construtora de outras realidades sociais. O desenvolvimento de projetos de extensão integrados a ações interculturais pode fortalecer, assim, aspectos democráticos, diante do compromisso institucional em enriquecer a troca de conhecimentos e saberes entre os públicos envolvidos.

A percepção dos integrantes dos projetos de extensão (NEABI - IFPR) contribuiu significativamente para nos aproximarmos desse caminho, considerado por eles essencial para transformar realidades. Nesse sentido, ações extensionistas podem crescer e serem mais incentivadas e valorizadas, dentro e fora dos ambientes institucionais, a exemplo das universidades públicas. A partir desse entendimento, quando focado em projetos que trabalham aspectos culturais, a exemplo dos que foram analisados,

o debate social pode ser enriquecido. Não se trata, apenas, de descolonizar o sistema historicamente hierárquico, mas avançar na temática da decolonização, conforme coloca Walsh (2010).

Por meio das análises qualitativas realizadas, foi possível observar que, nos dois projetos institucionais, as culturas afro-brasileiras e indígenas podem ser valorizadas, por trocas constantes de conhecimento, inclusão e diálogo. Estes contemplam, segundo seus participantes, a inclusão social, a transformação de realidades e a conscientização sobre a urgência da temática do processo intercultural.

Os espaços institucionais e ambientes públicos, propiciados pelo planejamento institucional, nesse caso, tendem a incentivar a comunicação pública e vice-versa. O diálogo pode ser considerado o meio essencial para valorizar a extensão e reconstruir o respeito e a inclusão cultural, no entendimento de uma educação que fortalece a ciência e os saberes do povo. Assim, espera-se que os eixos teóricos propostos neste trabalho continuem a ser explorados, científica e socialmente, para melhor compreendermos, enquanto pesquisadores e cidadãos, suas potencialidades e como incentivar ações conscientizadoras que podem vir a transformar realidades, a partir de novos olhares.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise do Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 7-E, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 2-7, 26 jun. 2014.

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e educação escolar. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). *Reinventar a escola*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 47-60.

CAPOEIRANDO IFPR: saberes e práticas de um bem cultural. Curitiba, 2018. Facebook: Capoeirando-IFPR-Saberes-e-Práticas-de-um-Bem-Cultural. Disponível em: <https://www.facebook.com/Capoeirando-IFPR-Saberes-e-Práticas-de-um-Bem-Cultural-2178928885457445>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 243, p. 49, 19 dez. 2018.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. *In*: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 95-115.

ESTEVES, João Pissara. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [Rio de Janeiro], n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GAMBOA, Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GIL, Patrícia Guimarães; MATOS, Heloiza. Quem é o cidadão na comunicação pública. *In*: MATOS, Heloiza. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA: USP, 2012. p. 141-168.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 67-89.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Normativa regulamenta a implementação da Curricularização da Extensão no IFPR**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extensao-no-ifpr/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Missão e valores**. Curitiba, 2019. Disponível em: . Acesso em: 30 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas**. Curitiba, 2020a. Disponível em: <https://bra.ifsp.edu.br/artigo/2-uncategorised/2801-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Política de Comunicação IFPR**. Curitiba, 2013. Disponível em: https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revisao-em-16.12.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Reitoria divulga relatório institucional de atividades. Curitiba, 3 jul. 2020b. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/neabi-do-ifpr-divulga-relatorio-institucional-de-atividades/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KNORR-CETINA, Karin. A comunicação na ciência. *In*: GIL, Fernando. (coord.). **A ciência tal qual se faz**. Lisboa: João Sá da Costa, 1999. p. 375-393.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. *In*: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA: USP, 2012. p. 71-96.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan; MARTINO, Luis Mauro Sá. Um outro olhar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v.6, n.9, p. 76-92, 2017.

MARTINS, Lígia Márcia. A indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão como um dos fundamentos metodológicos do Ensino Superior. *In*: Pinho, Sheila Zambello de . (coord.). **Oficinas de estudos pedagógicos: reflexões sobre a prática do Ensino Superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESP, 2008. p. 102-115.

MASSUCHIN, Michele Goulart; QUADROS, Claudia Irene de; IOSCOTE, Fabia Cristiane; OLIVEIRA, Paula Andressa de. Comunicação Pública na teoria e na empiria: aspectos da produção científica brasileira recente. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 32., 2023, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Galoá, 2023.

MATOS, Heloiza. A Comunicação Pública no Brasil e na França: desafios conceituais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32.; COLÓQUIO BRASIL-FRANÇA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: INTERCOM, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 8 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Por uma definição de Comunicação Pública: Tipologias e experiências brasileiras. *In*: CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. [Rio de Janeiro: Compolítica], 2017.

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Defesa-dos-Direitos-de-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-175672342960112>. Acesso em: 20 ago. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 777-832.

ROTHBERG, Danilo. O que não é Comunicação Pública? Percursos de afirmação de um campo científico. **Organicom**, São Paulo, ano 17, n. 32, p. 260-263, jan./abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Edleise Mendes Oliveira. **Abordagem comunicativa intercultural (ACIN): uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SARTORELLO, Stefano Claudio. **La co-teorización Intercultural de un modelo educativo em Chiapas, México**. Quito: Abya-Yala, 2016.

SCHMITZ, Edith. **Caminhos da universidade brasileira: filosofia do ensino superior**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

SILVA, Raul Scaramella da *et al.* Capoeirando no IFPR: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade. *In*: JORNADA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 9.; FEIRA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFPR CAMPUS CURITIBA, 7., 2019, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2019. p. 37. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2019/11/Anais-JoCIF-e-IFTech-2019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUSA, Luiza Izabel Marcelino de; SOUZA, Roberto Martins de. Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. *In*: 35°. SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 35.,. 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. p. 287-292. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/187765572.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. *In*: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luís; WALSH, Catherine (ed.). **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar: Abya-Yala, 2009.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (org.). **Comunicação pública e política: práticas e pesquisa**. Porto Alegre: Insular, 2017.

ZÉMOR, Pierre. As formas da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 85-103.

NOTAS

1. Ver em: https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revisao-em-16.12.pdf.
2. Ver em: <https://ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extensao-no-ifpr/>.
3. Ver em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/neabi-do-ifpr-divulga-relatorio-institucional-de-atividades/>.
4. Ver em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4_CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7.
5. Ver em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2019/11/Anais-JoCIF-e-IFTech-2019.pdf>.
6. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020. Número do Parecer: 4.940.840/ CAAE: 46803521.0.0000.0102.
7. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/IFPR/ Parecer CEP nº 5.055.969/ Em 22 de outubro de 2021.
8. Site institucional do IFPR Campus Curitiba: <https://ifpr.edu.br/curitiba/>.
9. Site institucional do IFPR Campus Paranaguá: <https://ifpr.edu.br/paranagua/>.
10. Ver em: https://www.facebook.com/Capoeirando-IFPR-Saberes-e-Pr%C3%A1ticas-de-um-Bem-Cultural-2178928885457445/?ref=page_internal.
11. Ver em: <https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Defesa-dos-Direitos-de-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-175672342960112>.
12. Ver em: https://drive.google.com/drive/folders/1H6o17yFxFxJ_xKLoy0aB2w0XmmU7ao3nLA?usp=sharing.
13. Ver em: https://drive.google.com/drive/folders/1H6o17yFxFxJ_xKLoy0aB2w0XmmU7ao3nLA?usp=sharing.

Submissão: 19/06/2022

Aceite: 18/10/2023